

Marcos Eberhardt

# Provas no Processo Penal

ANÁLISE CRÍTICA, DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL



*livraria*//  
DO ADVOGADO  
//*editora*

Porto Alegre, 2016

*Conselho Editorial*  
André Luís Callegari  
Carlos Alberto Molinaro  
Daniel Francisco Mitidiero  
Darci Guimarães Ribeiro  
Draiton Gonzaga de Souza  
Elaine Harzheim Macedo  
Eugênio Facchini Neto  
Giovani Agostini Saavedra  
Ingo Wolfgang Sarlet  
Jose Luis Bolzan de Moraes  
José Maria Rosa Tesheiner  
Leandro Paulsen  
Lenio Luiz Streck  
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E16p Eberhardt, Marcos.

Provas no processo penal : análise crítica, doutrinária e jurisprudencial / Marcos Eberhardt. – Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2016.

254 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-69538-09-7

1. Processo penal. 2. Prova criminal. 3. Corpo de delito. 4. Perícia. 5. Interrogatórios (Processo penal). 6. Confissão (Direito). 7. Presunções (Direito). I. Título.

CDU 343.14

CDD 345.06

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Evidências e provas 343.14

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

## Sumário

---

<b>Apresentação do Autor.....</b>	<b>13</b>
<b>Parte I – TEORIA GERAL DA PROVA.....</b>	<b>15</b>
1. O conceito de prova e a busca pela verdade.....	15
2. Finalidade ou objeto da prova.....	19
2.1. Fatos que independem de prova.....	20
3. Classificação das provas.....	21
4. Ônus da prova.....	22
5. Inversão do ônus da prova.....	25
6. Poderes instrutórios do juiz.....	28
7. Produção antecipada de provas.....	31
8. Princípios atinentes às provas.....	33
8.1. Princípio da Presunção de Inocência.....	33
8.2. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	35
8.3. Princípio do <i>in dubio pro reo</i> .....	38
8.4. Princípio da proibição da utilização das provas ilícitas.....	41
8.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	41
8.6. Princípio da aquisição ou comunhão da prova.....	44
8.7. Princípio da Oralidade.....	45
8.8. Princípio da concentração.....	46
8.9. Princípio da identidade física do juiz.....	48
8.10. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	50
8.11. Princípio da publicidade.....	50
9. Sistema de provas adotado pelo Código de Processo Penal: liberatório.....	52
10. Sistemas de valoração (apreciação) da prova no Processo Penal.....	53
10.1. Íntima convicção (sentimental ou certeza moral do julgador).....	53
10.2. Verdade ou prova legal (prova tarifada).....	55
10.3. Livre convencimento motivado (persuasão racional do juiz ou verdade real).....	56
11. Meios de prova.....	59
12. Fases do procedimento probatório.....	61
12.1. Requerimento.....	61
12.2. Deliberação sobre sua admissibilidade ou admissão da prova.....	62
12.3. Produção.....	64
12.4. Valoração.....	64

<b>Parte II – PROVAS EM ESPÉCIE</b> .....	65
<b>1. Do exame de corpo de delito e das perícias em geral</b> .....	65
1.1. Noções Introdutórias.....	65
1.1.1 Prazo para realização das perícias.....	67
1.1.2 Número de peritos: mudança legislativa.....	67
1.1.3. Quem são os peritos?.....	68
1.1.4. Divergência entre os Peritos.....	70
1.1.5. Contraditório e ampla defesa no exame de corpo de delito e nas demais perícias.....	71
1.1.6. Da indicação de assistentes técnicos pelas partes.....	72
1.2. Exame de corpo de delito.....	73
1.2.1. Noções introdutórias.....	73
1.2.2. Qual o momento de realização do exame de corpo de delito?.....	74
1.2.3. Exame de corpo de delito direto e indireto.....	75
1.2.4. Ausência do exame de corpo de delito (direto e indireto) e possibilidade de supressão pela prova testemunhal.....	75
1.2.5. Ausência do exame de corpo de delito: decretação de nulidade absoluta (art. 564, III, “b”, do CPP) ou aplicação do art. 249, § 2º, do CPC?.....	78
1.3. Outras perícias.....	80
1.3.1. Autópsia forense ou médico-legal (necropsia/ tanatopsia).....	80
1.3.2. Exame diante de crime de lesões corporais.....	82
1.3.3. Exame nos crimes contra a saúde pública.....	83
1.3.4. Exame no crime de furto qualificado.....	84
1.3.5. Exame no crime de incêndio.....	85
1.3.6. Exame para reconhecimento de escrito ou exame grafotécnico.....	85
1.3.7. Exame dos instrumentos do crime.....	86
1.3.8. Comparação de perfis genéticos (Lei nº 12.654/12).....	87
<b>2. Interrogatório judicial</b> .....	90
2.1. Noções introdutórias.....	90
2.2. Principais características do interrogatório judicial.....	91
2.3. Direito ao silêncio.....	94
2.4. Ausência de interrogatório de réu presente: nulidade insanável.....	98
2.5. Partes do Interrogatório.....	99
2.6. Momento do interrogatório.....	100
2.7. Reinterrogatório.....	102
2.8. Presença obrigatória do advogado no interrogatório judicial.....	105
2.9. Réu habilitado a exercer a advocacia e presença obrigatória de advogado.....	108
2.10. Presença do curador no interrogatório do menor: desnecessidade.....	109
2.11. Entrevista prévia e reservada do acusado com seu defensor.....	109
2.12. Intervenção das partes ao final do interrogatório.....	111
2.13. Corréus e intervenção das partes ao final do interrogatório.....	112
2.14. Local de realização do interrogatório.....	114
2.15. Interrogatório por Videoconferência.....	115
2.16. Interrogatório de corréus.....	118
2.17. Interrogatório de pessoas com qualidades especiais.....	119
2.18. Registro audiovisual do interrogatório.....	120
<b>3. Confissão</b> .....	122
3.1. Valor probatório.....	122
3.2. Características da confissão: divisibilidade e retratabilidade.....	124

3.3. Delação feita por coautor: prova de corréu .....	126
3.4. Delação premiada .....	127
3.4.1. Noções introdutórias .....	127
3.4.2. Natureza jurídica .....	130
3.4.3. Repercussão probatória .....	130
<b>4. Palavra da vítima .....</b>	<b>131</b>
4.1. Noções introdutórias .....	131
4.2. Compromisso de dizer a verdade .....	133
4.3. Valoração .....	133
4.4. Obrigatoriedade da oitiva e condução coercitiva .....	136
4.5. Comunicação dos atos .....	139
4.6. Procedimento de oitiva .....	140
4.7. Preservação da intimidade e atendimento multidisciplinar .....	141
<b>5. Prova testemunhal .....</b>	<b>144</b>
5.1. Conceito e classificação .....	144
5.2. Características .....	147
5.3. Capacidade para testemunhar .....	149
5.4. Compromisso de dizer a verdade .....	152
5.5. Testemunhas não sujeitas ao compromisso .....	153
5.6. Dever de depor: casos de recusa e proibição .....	154
5.7. Contradita e arguição de defeito .....	157
5.8. Dever de comparecimento e condução coercitiva .....	158
5.9. Presença do réu na audiência de oitiva de testemunhas .....	160
5.10. Procedimento de oitiva .....	161
5.11. Sistema de inquirição das testemunhas .....	164
5.12. Carta precatória .....	166
5.13. Procedimento em caso de falso testemunho .....	170
<b>6. Reconhecimento de pessoas e coisas .....</b>	<b>173</b>
6.1. Conceito .....	173
6.2. Formalidades .....	174
6.3. Outras espécies de reconhecimento .....	177
<b>7. Acareação .....</b>	<b>179</b>
7.1. Conceito .....	179
7.2. Momento e sujeitos .....	180
7.3. Procedimento .....	182
7.4. Acareação a distância .....	182
<b>8. Prova documental .....</b>	<b>183</b>
8.1. Conceito e classificação .....	183
8.2. Momento da juntada .....	185
8.2.1. Exceção: juntada de documentos no Tribunal do Júri .....	186
8.2.2. Juntada de ofício .....	189
8.3. Correspondência .....	190
8.4. Falsidade do documento e exame pericial .....	192
8.5. Documentos em língua estrangeira e públicas-formas .....	193
8.6. Devolução de documentos .....	194
<b>9. Dos indícios .....</b>	<b>195</b>
9.1. Conceito .....	195
9.2. Valor probatório .....	197
9.3. Distinção entre presunção e indício .....	199

<b>10. Da busca e apreensão</b>	201
10.1. Conceito e natureza jurídica	201
10.2. Busca e apreensão domiciliar	204
10.2.1. Conceito de casa	205
10.2.2. Hipóteses autorizadoras	207
10.2.3. Ordem judicial	209
10.2.4. Procedimento	212
10.3. Busca Pessoal	213
10.4. Apreensão em território de jurisdição alheia	214
<b>11. Da prova emprestada</b>	215
11.1. Conceito e natureza jurídica	215
11.2. Requisitos de admissão	216
<b>12. Da prova ilegal, vedada ou proibida</b>	218
12.1. Classificação	218
12.2. Prova ilícita por derivação	224
12.3. Consequência de sua utilização	228
12.4. Teoria da proporcionalidade <i>pro reo</i>	230
12.5. Encontro fortuito de provas: serendipidade, serendipismo ou descoberta por acidente	231
12.5.1. Noções introdutórias	231
12.5.2. Na interceptação telefônica	232
12.5.3. Na busca e apreensão	233
<b>13. Da interceptação telefônica</b>	234
13.1. Noções introdutórias	234
13.2. Classificação	235
13.3. (Des)necessidade de procedimento criminal em andamento	235
13.4. Necessidade de autorização judicial motivada e requisitos para seu deferimento	236
13.5. Legitimados a requerer a medida	236
13.6. Prazo de duração da medida	237
<b>14. Instrumentos probatórios na lei do crime organizado</b>	239
14.1. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	239
14.2. Ação controlada (flagrante retardado, adiado, prorrogado, postergado ou diferido)	241
14.3. Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais	244
14.4. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica	245
14.5. Infiltração policial	246
<b>15. Indeferimento de provas e medidas processuais cabíveis</b>	249
<b>Bibliografia</b>	251